

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

RELATÓRIO E CONTAS 2022

**Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) • Centro de Dia •
Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) • Saúde e Reabilitação**

Há séculos a servir pessoas!

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO 2022

INTRODUÇÃO

Nos termos legais e estatutários e dando cumprimento ao estabelecido na alínea e) do nº 1 do artigo 27º do compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, a Mesa Administrativa coloca à apreciação e votação dos Irmãos o Relatório de Atividades e Contas do Exercício 2022.

O presente Relatório tem como objetivo apresentar as contas de 2022 e as atividades realizadas pela Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, propostas definidas em Plano de Ação, bem como como o seu índice de execução e os resultados financeiros atingidos. Constitui-se como um documento de análise e avaliação das ações desenvolvidas ao longo do ano, reportando a atividade, desempenho e evolução da própria Instituição.

Este Relatório de Contas e Atividades de 2022 corresponde ao segundo ano do segundo mandato da atual Mesa Administrativa.

O processo de melhoria continua, com reestruturação, inovação e proximidade, foram e continuarão a ser as nossas linhas orientadoras e definidas para este quadriénio.

O ano 2022 foi um ano marcado pela incerteza, as famílias sentiram o contexto económico e financeiro a mudar e o rendimento disponível a diminuir. A guerra da Ucrânia, que eclodiu a 24 de fevereiro (prestes a cumprir 1 ano), gerou uma crise energética internacional e fez disparar a inflação em vários países do mundo. E Portugal não foi exceção. No nosso país, a inflação escalou ao longo do ano e só começou a descer a partir de novembro, fixando-se nos 7,8% em 2022, o valor mais elevado desde 1992.

A Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera é uma Instituição da comunidade para a comunidade. Abrange diferentes áreas de intervenção e a sua ação procurou e continuará a não se alhear do meio em que se insere, procurando responder às fragilidades sentidas e às manifestações de pedidos de apoio e colaboração sentidos.

Não podemos deixar de referir que a atividade desenvolvida, no ano de 2022, continuou a estar associada à pandemia Covid-19, aos seus efeitos e aos surtos que sofremos nos meses de março e abril, embora diga-se em abono da verdade, com um impacto mais reduzido, quer na sintomatologia, quer na mortalidade em que não se verificou qualquer falecimento por COVID-19.

Não obstante a mitigação gradual das medidas e consequências da Pandemia, principalmente devido à vacinação, continuámos a sentir constrangimentos, sendo evidente na quebra de frequência de utentes/clientes na Resposta Social de Centro de Dia.

Apesar de todos os constrangimentos sentidos, não permitimos estagnação, nem desânimo. Continuámos a lutar e a ir ao encontro dos anseios e exigências dos nossos utentes e população em geral, procurando transmitir e assegurar uma imagem e um trabalho positivo, confiável e de qualidade.

ATIVIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera desenvolve a sua Missão com o apoio de 65 colaboradores e 16 voluntários (órgãos sociais), que diariamente se empenham e cumprem com dedicação e profissionalismo as diferentes funções que desempenham.

É princípio norteador e imperioso o desenvolvimento da sua atividade social e solidária disponibilizando diversas Respostas Sociais com a qualidade e na forma mais adequada à população que primordialmente serve, a população mais idosa.

Todo o trabalho é desenvolvido numa lógica de atuação integrada das suas múltiplas Respostas, de acordo com os Acordos de Cooperação estabelecidos com a Segurança Social e pugnando com ações e iniciativas que promovam o bem-estar e a qualidade de vida perante solicitações, interesses e necessidades sentidas e diagnosticadas.

Ainda que as Respostas Sociais desenvolvidas sejam três, duas Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI'S), com acordos de cooperação para 18 e 45 clientes, um Centro de Dia com acordo atual para 11 utilizadores e um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) para 30 pessoas, na nossa atividade dispomos de uma Cantina Social, decorrente do Programa de Emergência Social, para fornecimento de 14 refeições diárias, levamos a cabo o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, dispomos de uma Clínica de Fisioterapia e Reabilitação e procuramos responder às manifestações e apelos que a própria comunidade nos reporta.

Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)

A Resposta Social de ERPI constitui-se como um equipamento destinado a alojamento coletivo, para pessoas com idade superior a 65 anos ou em situação de risco e de perda de autonomia e/ou independência, que proporciona a promoção da qualidade de vida, a estabilização ou retardamento

do processo de envelhecimento, a interação com a família e/ou comunidade, a promoção da autoestima e a satisfação das necessidades básicas do dia-a-dia, ao nível da higiene pessoal, alimentação, tratamento de roupa, cuidados de saúde (médicos, de enfermagem e fisioterapia), apoio psicossocial, cuidados do conforto dos espaços físicos e promoção de atividades lúdicas e de lazer.

A Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera dispõe de dois equipamentos distintos e com Acordos de Cooperação estabelecidos com a Segurança Social, um, ERPI de S. José, para 45 idosos e outro, ERPI de S. Domingos, para 18 idosos.

No final do ano em referência e na Estrutura Residencial Para Idosos de S. José tinha uma frequência maioritariamente feminina, tendo o utente mais novo 70 anos e o mais velho 97 anos. Na ERPI de S. Domingos a frequência era de 20 utentes, 4 do sexo masculino e 16 do sexo feminino. O utente mais novo tinha 60 anos e o mais velho 97.

Centro de Dia

A Resposta Social Centro de Dia é destinada a pessoas idosas de ambos os sexos, proporcionando, em horário diurno, um conjunto diversificado de serviços e atividades de desenvolvimento pessoal tendentes ao bem-estar dos clientes e ao seu equilíbrio emocional e físico e de apoio à respetiva família.

Neste sentido, o Centro de Dia procura possibilitar as condições necessárias ao acolhimento das pessoas idosas, através da prestação de cuidados individualizados, de acordo com as necessidades expressas pelas mesmas. Deste modo, integra um conjunto de serviços que visam satisfazer as necessidades básicas dos seus clientes, incluindo as refeições (pequeno-almoço, almoço, lanche e o jantar, este já consumido no domicílio), os cuidados de higiene pessoal, o tratamento de roupa, cuidados de enfermagem, supervisão/administração da medicação, fisioterapia, entre outras, contribuindo para a manutenção destas pessoas no seu meio sócio - familiar.

Esta Resposta promove oportunidades de convívio e oferece um leque de atividades lúdico pedagógicas e culturais, de forma a favorecer as relações interpessoais, prevenindo o isolamento social e cooperando para uma maior e melhor qualidade de vida dos seus clientes.

Durante parte do ano de 2022 e à semelhança dos dois anos anteriores, devido à pandemia COVID-19, a Resposta Social de Centro de Dia, funcionou de modo diferente, sendo os colaboradores a deslocarem-se a casa dos próprios utentes, que assim o pretenderam, e acautelaram os cuidados necessários. No entanto, face a esta situação pandémica a Resposta continuou a sofrer uma quebra

na frequência de idosos, demonstrativo do receio que os utentes têm com possíveis consequências que o regresso ao meio institucional possam provocar.

No final do ano de 2022 e estando já a Resposta a funcionar plenamente o número de frequentadores era de 4 idosos, 1 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Deste total 1 idoso encontrava-se no escalão etário dos 60/64 anos, 1 dos 75/79 anos, 1 dos 80 aos 84 anos e 1 dos 85 aos 89

Serviço de Apoio Domiciliário

A Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito. O grande objetivo é garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas, contribuindo para a conciliação familiar e profissional das famílias. Os cuidados são prestados no próprio domicílio dos utentes, evitando a institucionalização. Visa igualmente promover estratégias de promoção da autonomia e prestar os cuidados e serviços que se adequem às necessidades de cada idoso.

As equipas que fazem parte do Serviço de Apoio Domiciliário são compostas por um leque diversificado de pessoas, todas elas com funções distintas, algumas comuns a outras Respostas Sociais. As ajudantes familiares domiciliárias encontram-se a 100% afetas a este Serviço, mas o pessoal técnico, enfermagem, colaboradores administrativos, pessoal de cozinha, colaboradoras de lavandaria e pessoal auxiliar de serviços gerais, apoiam o SAD, cumulativamente com funções noutras Respostas.

Os principais serviços prestados pelo Serviço de Apoio Domiciliário são os cuidados de higiene e conforto pessoal, higiene habitacional, fornecimento de refeições, respeitando as dietas e restrições alimentares com prescrição médica, o tratamento de roupa a aquisição de bens e géneros, nomeadamente medicação; acompanhamento ao exterior, os cuidados de enfermagem e as atividades de animação e socialização, podendo ser referidos como principais razões de solicitação dos serviços, os problemas de saúde, as diminuições da capacidade de locomoção, a diminuída retaguarda familiar e ou de redes de vizinhança, a solidão e a idade avançada.

No final de dezembro de 2022, o Serviço de Apoio Domiciliário prestava cuidados a 24 clientes, sendo 10 do sexo feminino, 1 no escalão dos 75 aos 79, 4 no escalão dos 80 aos 84 anos, 1 no escalão dos

85 aos 89, 2 dos 90 aos 94 anos e 1 dos 95 aos 99 anos e a 14 clientes do sexo masculino, distribuídos da seguinte forma pelos diversos escalões etários: 2 entre os 50 e os 59 anos, 2 entre os 60 e os 64, 1 dos 65 aos 69 anos, 4 no escalão dos 80 aos 84, 4 dos 85 aos 89 e 1 dos 90 aos 94.

Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social

Decorrente do Programa de Emergência Social dispomos de uma Cantina Social, já iniciada em 2012, constituindo-se como uma medida de combate à pobreza e exclusão, suprimindo as necessidades alimentares de indivíduos, sinalizados como social e economicamente desfavorecidos, bem como sem capacidade ou condições para a confeção de alimentos, nos seus domicílios. Em 2022, os protocolos estabelecidos com a Segurança Social permitiram o fornecimento diário e gratuito das duas principais refeições.

Fruto das consequências financeiras, provocadas pela pandemia, e que levou ao agravamento das condições económicas das famílias, foi reforçado o número de refeições e consequentemente o número de beneficiários deste Programa. Assim, durante o ano de 2022, e à semelhança do ano anterior, o Protocolo de Colaboração foi de 14 refeições diárias, no total anual de 4 990 refeições distribuídas.

Os beneficiários abrangidos foram todos do sexo masculino, em situação de famílias monoparentais, com idades compreendidas entre os 40 e os 84 anos.

Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC)

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas consiste num instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal, através de uma intervenção de apoio alimentar e outros bens de consumo básico, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão.

O Programa, no decorrer do ano de 2022 teve como capacidade instalada 119 beneficiários, fruto das medidas impostas pela pandemia Covid-19, sendo abrangidos a 31 de dezembro, 80 indivíduos, com idades compreendidas entre 1 ano de idade e os 78 anos.

Este Programa decorre em estreita articulação com a Segurança Social, sendo a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera a entidade responsável pela sua concretização no nosso concelho.

Clínica de Fisioterapia e Reabilitação

Sendo Castanheira de Pera um concelho com grandes carências ao nível da saúde, principalmente em cuidados especializados, a Santa Casa continuou a desenvolver esses mesmos cuidados na sua Clínica de Fisioterapia e Reabilitação.

Como Instituição dinâmica, de cariz e apoio social, que somos, procuramos estar atentos à possibilidade de nos envolvermos nos mais diversos projetos, em parceria com outras entidades, numa ação concertada e ajustada e não feita de forma individualista e isolada.

Por outro lado, e embora tenhamos protocolos assinados com diversas entidades ou organismos, procuramos dar resposta a todas as solicitações ou situações que nos sejam sinalizadas, mesmo sem formalização de parcerias, desde que se enquadrem na nossa área de atuação.

No decorrer do ano de 2022 verificaram-se 86 consultas de fisioterapia, e 1300 tratamentos de fisioterapia.

Assistência Espiritual e Religiosa

O Serviço de Assistência Espiritual e Religiosa é um serviço que contribui para o conceito de saúde integral e, como tal, insere-se na estrutura orgânica da Misericórdia, conforme prevê o seu Compromisso, são realizados, sempre que possível, os seguintes atos: Missa, celebração da palavra e terço.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO PERÍODO/EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

COVID-19

Em 2022 a COVID-19 ainda condicionou de alguma forma o regular funcionamento da Instituição. As regras, as orientações da Direção Geral de Saúde e da Segurança Social foram aliviadas, mas os cuidados e a salvaguarda da saúde e do bem-estar dos idosos foi uma constante.

Mantivemos o uso permanente de máscaras no interior das instalações, uso de gel desinfetante, a testagem aos utentes em caso de algum sintoma e aos funcionários em caso de sintomatologia ou regresso de férias ou ausências prolongadas.

No entanto, nem o cumprimento de todas as regras, nem a constante preocupação em evitarmos o contágio e a propagação da doença entre os idosos, impediu que, em março e abril de 2022, sofrêssemos dois surtos, um na ERPI de S. José, com 12 idosos infetados e outro na ERPI S. Domingos que atingiu 15 idosos. Fruto do cumprimento do plano de vacinação não se verificou qualquer falecimento, internamento ou caso de maior gravidade. Foram todos casos com sintomas leves e alguns assintomáticos.

Com vista à mitigação dos efeitos colaterais do atual conflito entre a Rússia e a Ucrânia fomos abrangidos por várias medidas implementadas pelo Estado, medidas adicionais e extraordinárias no âmbito das participações financeiras nas respostas sociais com acordo de cooperação.

Ainda no âmbito das medidas excecionais e com vista à promoção do crescimento e da coesão social, fomos beneficiados pela medida excecional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida.

Para fazer face à constante adaptação dos nossos equipamentos sociais e às crescentes incertezas, beneficiámos ainda de alguns apoios públicos locais (Município e União das Freguesias, 25.000 € e 2.500 € respetivamente) e particulares, que generosamente concederam donativos destinados à atividade desenvolvida pela Misericórdia.

FATORES DE RISCO

Ainda que em menor escala podemos continuar a referir a pandemia COVID-19 como uma das condicionantes à atuação da nossa Instituição, sendo de referir que desde o primeiro momento foi nossa preocupação salvaguardar todos os cuidados preventivos e a promoção da saúde e do combate à doença, no pressuposto.

Trabalhando a nossa Instituição com o público mais vulnerável e mais facilmente atingido e com consequências mais gravosas, a população idosa, todos os cuidados e a utilização de material de proteção individual, constituiu-se como um instrumento de trabalho diário e permanente.

A interioridade e apesar de se divulgarem investimentos e incentivos para todo o país, as assimetrias agravaram-se, e o interior tende cada vez mais a ser esquecido, isolado e envelhecido.

Por outro lado, os problemas sociais refletem-se nas famílias, na sua situação financeira e consequentemente nas mensalidades que lhe são atribuídas através de uma proporcionalidade estabelecida pela Segurança Social.

Tem-se assistido nos últimos anos a mudanças no paradigma da institucionalização, verificando-se que o recurso à Resposta Social ERPI se faz cada vez mais tarde, em idades mais avançadas, e/ou em estados de dependência cada vez mais elevados. A admissão de utentes cada vez mais dependentes e necessitados de cuidados cada vez mais exigentes, implica necessariamente um aumento dos recursos humanos e equipamentos específicos e diferenciados, com conseqüentemente agravamento dos gastos. Ainda em relação às ERPI's a procura de vagas tem ultrapassado a capacidade existente nos estabelecimentos.

Os apoios públicos, neste caso as comparticipações financeiras da Segurança Social, continuam a ser as principais fontes de recursos financeiros da Instituição, sendo que as atualizações anuais estão longe de acompanhar o agravamento dos gastos.

Coloca-se assim a problemática da sustentabilidade, não só para continuar a garantir respostas sociais eficientes à população, mas também para poder remunerar justamente os recursos humanos, considerado o maior ativo da Misericórdia. Aliado ao fator remunerações está também o grau de literacia e motivação dos colaboradores e conseqüentemente a qualidade dos serviços prestados.

Assim, face ao cenário atual, continua a ser propósito da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, tentar minimizar os impactos negativos das diversas condicionantes, procurando criar condições para a melhoria do bem-estar de todos e a sustentabilidade da própria Instituição.

Oportuno referir que, os resultados positivos apesar de animadores refletem, além da contenção de gastos, ganhos extraordinários e incertos no futuro, isto porque tiveram origem essencialmente em medidas de apoio no âmbito do atual conflito (subsídios e comparticipações extraordinárias do Estado).

INVESTIMENTOS

O investimento efetuado foi o estritamente necessário para o bom e normal funcionamento das respostas sociais.

O referido traduz-se nos seguintes valores:

- Equipamento básico – equipamento médico e de reabilitação: 350,00 € (afeto a todas as respostas sociais);
- Equipamento básico – substituição de equipamento de cozinha – 2.559,40 € (afeto a todas as respostas sociais);

- Equipamento básico – substituição de equipamento de lavandaria – 9.898,90 € (afeto a todas as respostas sociais);
- Equipamento básico – outro – 1.831,71 € (afeto a todas as respostas sociais);
- Equipamento administrativo – Material informático, administrativo: 800,32 € (afeto a todas as respostas sociais);

[Handwritten signatures and initials]

SITUAÇÃO FINANCEIRA E RESULTADOS

O resultado apurado no exercício é positivo, no montante de 54 990,94 €.

As depreciações efetuadas atingiram o valor de 61.416,29 €.

Não existem dívidas em mora à segurança social nem às finanças.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício, no montante de 54 990,94 €, para a conta de Resultados Transitados.

RECURSOS HUMANOS

A motivação dos colaboradores advém de fatores intrínsecos, como a missão da organização, a oportunidade de fazer o bem e a participação na tomada de decisões. Os colaboradores são os parceiros mais importantes na concretização da estratégia das organizações.

Os quadros seguintes divulgam alguma informação acerca da evolução dos recursos humanos ao serviço da Instituição durante o ano 2022:

Recursos Humanos	Em 31/12/2021	Em 31/12/2022
Do Quadro	60	56
Contratados	1	3
Cont. Emp. Inserção/Estágios (IEFP)	9	6
Apoio Ref. Emerg. Equip. Soc. (IEFP)	1	0
Total	71	65
Voluntariado (Corpos Sociais)	16	16
Prestadores Serviços	5	3

Dados de dezembro 2022		Nº
Categorias Profissionais	Trab. Serv. Gerais	15

Ajud. de Lar e Centro de Dia	20
Ajudante Familiar Domiciliário	4
Cozinheira	2
Ajudante de Cozinha	3
Empregado de Armazém	1
Motorista	1
Encarregado Serv. Gerais	1
Técnico de contabilidade	1
Técnico de apoio à gestão	1
Assistente administrativo	1
Animador sociocultural	2
Diretora Técnica	1
Téc. Superior(Cont. Certificado)	1
Nutricionista	1
Auxiliar de Enfermagem	1
Fisioterapeuta	1
Enfermeiro	2
Contratos prog. financ. pelo IEFP	6
	65




A variação do número de funcionários é consequência da saída de alguns técnicos e da rotatividade de pessoal.

Neste contexto e tendo em vista a obtenção do benefício pecuniário respetivo, foi mantido o critério de contratação de pessoal através do recurso ao IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional). As contratualizações realizadas visaram a substituição de colaboradores em situação de ausência prolongada, colmatar as falhas decorrentes de saídas e responder aos desafios dos novos projetos sociais.

Verifica-se que, apesar da atualização do salário mínimo nacional no início ano, que abrange grande parte dos funcionários, o acréscimo de valores nos gastos com pessoal é insignificante, quase inexistente, isto deve-se essencialmente às inúmeras baixas, às contratualizações de pessoal através de programas financiados pelo IEFP, ao facto das atualizações salariais se reportarem ao salário mínimo nacional e à saída de pessoal inserido nos quadros superiores.

De referir ainda que, na previsão de férias e subsídio de férias de 2022 a pagar em 2023, teve-se em conta as alterações salariais já ocorridas em 2023 (atualização SMN).

Relativamente a prestadores de serviços, mantemos um médico de clínica geral, um médico fisiatra e uma Revisora Oficial de Contas.

VIATURAS

O parque automóvel da nossa Instituição é composto pelas seguintes viaturas:

Veículos	Antiguidade	Kms	Afetação
Renault Kangoo 43-TD-16	5	11.848	ERPI'S
Mercedes Benz 208 D 65-49-IJ	22	225.311	Centro de Dia
Opel Combo Cargo 81-GS-73	14	160.606	S. Apoio Domiciliário
Opel Combo Cargo 81-GS-74	14	73.560	ERPI S. Domingos
Opel Combo Cargo 81-GS-75	14	43.978	Todas as Resp. Sociais
Renault Kangoo 31-OC-95	9	127.722	S. Apoio Domiciliário
Renault Master 31-OJ-59	9	103.219	ERPI'S e Centro de Dia
Renault 97-NM-69	9	25.904	ERPI'S
Renault Master 69-UT-91	3	1.217	Clínica de Fisiot. Reabil.

PARCERIAS

Ninguém, nem nenhum serviço ou entidade sobrevive sozinho. A partilha, o trabalho conjunto e a comunicação constante são ferramentas essenciais ao desenvolvimento e ao sucesso. Uma Instituição que não comunique, que não divulgue as suas ações, que não se relacione com o seu público e entidades congéneres está dotada ao fracasso e não conseguirá, por si só, desenvolver e concretizar aquilo a que se propõe, nem se impor enquanto entidade credível.

O trabalho em parceria com outras entidades é impulsionador na articulação do trabalho dos profissionais e na maximização do uso dos recursos, fator fundamental para a obtenção de melhores resultados e maior satisfação do público a abranger.

Neste pressuposto a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera procura, sempre, estabelecer parcerias com outras entidades ou serviços para realizar um trabalho articulado, devidamente integrado no meio e com o menor dispêndio de recursos possível, respondendo às necessidades sentidas.

Assim, em 2022, a Santa Casa viu estabelecidas parcerias, formais e informais, com as seguintes entidades e organismos:

- Instituto da Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Leiria;
- Município de Castanheira de Pera;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP;

- Serviço Nacional de Saúde;
- Centro de Saúde de Castanheira de Pera;
- União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral;
- Serviço de Proteção Civil;
- C.L.A.S. - Conselho Local Ação Social (Rede Social);
- C.P.C.J – Comissão Proteção Crianças e Jovens do Concelho de Cast^a de Pera;
- R.S.I. – Rendimento Social de Inserção;
- C.M.S. – Conselho Municipal de Segurança;
- Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera;
- CERCICAPER - Cooperativa de Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Cast. de Pera;
- Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera;
- Intervenção Precoce;
- Escola Tecnológica e Profissional de Sicó;
- Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal;
- Gesaúde - Organização e Gestão de Saúde nos Locais de Trabalho, Lda.;
- Profiforma - Gabinete de Consultadoria e Formação Profissional;
- Turisforma, Formação e Consultadoria.

PERSPECTIVAS

2022 foi um ano de viragem na forma de encarar a pandemia COVID-19 e as suas consequências. A vacinação atingiu quase toda a população e as medidas restritivas foram sendo aliviadas e muitas delas levantadas. Embora no primeiro semestre do ano ainda tenhamos sido atingidos por um número significativo de casos, sem consequências e na sua maioria sem qualquer sintoma, ao longo do ano e com a administração de novas doses de vacinas, verificou-se o retomar de muitas atividades, dinâmicas e procedimentos.

No entanto, a continuidade do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia ameaça continuar a afetar as economias ocidentais, particularmente, na Europa e nos Estados Unidos. As consequências económicas já se fazem sentir no curto prazo e médio, prevendo-se o seu agravamento a longo prazo.

À instabilidade já verificada nos mercados financeiros, que tentam acomodar o efeito das sanções económicas aplicadas à Rússia, somam-se as perspectivas de subida consistente de preços do gás, petróleo, cereais, minerais e outros. Mas não é só na inflação relativa a esses produtos, esperando-se a continuidade do agravamento da inflação nos produtos em geral, na distribuição e venda comercial, podendo agravar a situação dos consumidores/Instituições, de todos os países.

A Ucrânia é um dos maiores produtores e exportador de cereais para a Europa perspectivando-se, durante o período do conflito, não conseguir produzir estes alimentos, acentuando a escassez mundial destes e conduzindo a um maior aumento de preços.

Ao nível do gás natural, que vem da Rússia através da Ucrânia, poderá haver ataques aos *pipelines*, cortes ou sabotagens, podendo comprometer o fornecimento à indústria da Europa central e ocidental, condicionando, assim, a capacidade operativa das empresas.

Deste modo, e uma vez que este conflito tem tido e continua a ter um impacto social e económico muito significativo, a Mesa Administrativa continuará a implementar todas as medidas que considera necessárias e adequadas para minimizar potenciais impactos, em linha com as recomendações das entidades competentes.

A crise económica provocada pela pandemia e por esta guerra não alterou a natureza dos desafios da Instituição. No entanto alterou o grau de urgência da sua maioria, tendo adensado a complexidade de outros.

Sem esquecer a sua matriz social e solidária, a Misericórdia alinhará a estratégia e modelo de negócio na sua capitalização e sustentabilidade financeira.

A otimização de recursos é fundamental no contexto vigente, devendo a organização dirigir-se no sentido dos ganhos de produtividade e da eficácia, não esquecendo a exposição a riscos que carecem de permanente identificação, avaliação, acompanhamento e controlo. Impõe-se uma cultura organizacional, de governo e controlo interno, bem definida e normalizada, na qual os recursos humanos da Misericórdia terão um papel influente.

O quadro de investimentos da Misericórdia perfilado para 2022 atenderá a aspetos evolutivos do sector, dirigindo-se à melhoria dos seus processos, ao reforço das competências dos seus órgãos sociais e colaboradores e à implementação de soluções de apoio à atividade, sempre salvaguardando a proteção dos seus ativos.

A criação de um Centro de Noite continuará a ser uma das nossas grandes ambições. Já dispomos do projeto de arquitetura e temos a esperança que se torne realidade a sua construção e que possamos

colocar à disposição da população castanheirense mais uma Resposta Social, que permitirá manter os idosos no seu domicílio durante o dia e à noite, período de maior receio e solidão, terem um espaço de abrigo, acompanhamento, transporte e fornecimento de refeições, jantar e pequeno-almoço.

CONCLUSÃO e AGRADECIMENTOS

O presente relatório de atividades do exercício dá cumprimento às disposições legais e estatutárias, relatando os principais acontecimentos ocorridos no exercício de 2022, de acordo com o Plano de Atividades que foi traçado para o ano em questão. Sendo um documento aberto e dinâmico, sofreu alterações, com o objetivo de melhor aproveitar as oportunidades surgidas, sempre no pressuposto de serem atingidos os objetivos que estão subjacentes à Missão da Santa Casa.

Como é possível constatar e de forma muito sucinta, a Instituição pautou a sua ação pela continuidade das Respostas Sociais, pela procura de oportunidades de forma a fazer face a novas problemáticas e pela melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Os resultados evidenciados neste documento, sejam eles financeiros ou de atividades, resultam de um trabalho sério, profissional, interdisciplinar e determinado do conjunto de todos os profissionais, que todos os dias contribuem para proteger os nossos Idosos desempenhando um serviço de excelência, centrado nas pessoas, com o foco na melhoria dos diversos serviços, colocados à disposição da comunidade.

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, não pode deixar de agradecer e reconhecer a todos os que colaboraram, direta ou indiretamente, na construção e desenvolvimento das diversas atividades, pois só com o empenho e motivação de todos é possível concretizar o planeado e engrandecer, cada vez mais, a nossa Instituição.

Aos funcionários/colaboradores, o nosso agradecimento pelo trabalho realizado, pela dedicação, pelo esforço, empenho e disponibilidade, sendo de realçar que é deles que depende em grande parte, do sucesso da Instituição e o bem-estar dos nossos Idosos.

Uma palavra para todos os nossos clientes/utentes e seus familiares, que confiam no nosso trabalho, existindo o nosso comprometimento, da continuidade do trabalho já realizado, sempre com a atenção a novas solicitações, gostos e vontades manifestas pelos mesmos.

Também o nosso agradecimento institucional a todas as entidades que conosco colaboraram, que nos apoiaram, realçando que só um trabalho em equipa poderá levar à concretização de objetivos e colmatar necessidades.

Obrigado a todos e o nosso bem-haja!

Castanheira de Pera, 15 de fevereiro de 2023

A Mesa Administrativa,

V. S. M. S., 276

Francisco Manuel Figueira R

João Falcão
João Falcão
João Falcão

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501163140

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 856 938,00	1 902 924,79
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1, 12.14	23 487,07	51 593,14
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes	3.2.1, 4	0,00	0,00
Propriedades de investimento	3.2.1, 4	0,00	0,00
		1 880 425,07	1 954 517,93
Ativo corrente			
Inventários	7	12 064,25	11 400,86
Créditos a receber	12.3	28 419,58	29 557,67
Estado e outros entes públicos	12.9	1 477,67	1 383,17
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.2	19 721,50	0,00
Diferimentos	12.5	7 125,54	8 498,60
Outros ativos correntes	12.4	55 177,94	106 640,73
Caixa e depósitos bancários	12.6	185 181,86	115 158,13
		309 168,34	272 639,16
Total do ativo		2 189 593,41	2 227 157,09
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.7	650 077,38	650 077,38
Excedentes técnicos	12.7	0,00	0,00
Reservas	12.7	0,00	0,00
Resultados transitados	12.7	489 805,91	430 934,04
Excedentes de revalorização	12.7	611 669,50	631 089,50
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.7	131 570,51	172 186,25
		1 883 123,30	1 884 287,17
Resultado líquido do período		54 990,94	21 867,87
Total dos fundos patrimoniais		1 938 114,24	1 906 155,04
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	40 354,79	58 015,30
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		40 354,79	58 015,30
Passivo corrente			
Fornecedores	12.8	7 243,62	20 402,12
Estado e outros entes públicos	12.9	32 991,66	29 582,27
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	17 800,00	17 900,00
Diferimentos	12.5	21 698,22	70 328,56
Outros passivos correntes	12.10	131 390,88	124 773,80
		211 124,38	262 986,75
Total do passivo		251 479,17	321 002,05
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 189 593,41	2 227 157,09

Mesa Administrativa



Contabilista Certificado

Amália (CC nº 83671)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	650.687,79	627.071,86
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.11	631.796,16	600.838,21
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.13	44.934,48	48.921,84
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	212.681,66	188.318,64
Fornecimentos e serviços externos	12.12	180.476,06	183.033,57
Gastos com o pessoal	10	862.699,78	861.956,82
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	2.943,35	4.340,89
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.14	183,85	-3.287,75
Outros rendimentos	12.15	69.254,30	56.807,32
Outros gastos	12.16	19.659,88	10.531,14
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		118.028,15	88.745,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	61.416,29	65.371,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		56.611,86	23.374,27
Juros e rendimentos similares obtidos	12.17	297,76	309,43
Juros e gastos similares suportados	6, 12.17	1.918,68	1.815,83
Resultados antes de impostos		54.990,94	21.867,87
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		54.990,94	21.867,87

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



Angela Frey (CC n.º 83671)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900401 - ERPI S. José

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	349.023,62	318.721,96
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.11	335.687,75	325.131,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.13	20.602,69	20.584,31
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	111.762,41	95.992,55
Fornecimentos e serviços externos	12.12	105.979,65	107.039,17
Gastos com o pessoal	10	405.742,43	379.270,62
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	-100,00	4.340,89
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.14	183,85	-2.987,75
Outros rendimentos	12.15	50.266,13	27.763,78
Outros gastos	12.16	16.396,10	2.994,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		115.615,75	105.551,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	33.731,90	32.443,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		81.883,85	73.107,86
Juros e rendimentos similares obtidos	12.17	297,76	309,43
Juros e gastos similares suportados	6, 12.17	512,36	548,23
Resultados antes de impostos		81.669,25	72.869,06
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		81.669,25	72.869,06

Mesa Administrativa

Contabilista Certificado



Angela Frey (cc n.º 83671)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900402 - Centro de Dia

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	10.133,07	17.103,94
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.11	12.501,70	22.130,47
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.13	1.864,41	2.345,40
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	5.058,14	5.922,53
Fornecimentos e serviços externos	12.12	3.393,31	4.330,37
Gastos com o pessoal	10	35.844,75	42.886,62
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.14	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.15	571,55	2.731,51
Outros gastos	12.16	727,17	1.535,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-19.952,64	-10.363,71
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-19.952,64	-10.363,71
Juros e rendimentos similares obtidos	12.17	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.17	51,23	52,62
Resultados antes de impostos		-20.003,87	-10.416,33
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-20.003,87	-10.416,33

Mesa Administrativa



Contabilista Certificado

Angela Perry (ccu=83671)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900403 - Serv. Apoio Domiciliário

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	81.910,82	81.387,37
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.11	117.595,07	105.435,99
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.13	6.363,20	8.221,63
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	37.824,39	34.123,24
Fornecimentos e serviços externos	12.12	17.707,65	16.207,62
Gastos com o pessoal	10	118.992,37	138.569,06
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	3.043,35	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.14	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.15	1.659,20	1.961,38
Outros gastos	12.16	463,42	4.292,23
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29.497,11	3.814,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	0,00	2.740,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		29.497,11	1.074,22
Juros e rendimentos similares obtidos	12.17	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.17	256,19	263,12
Resultados antes de impostos		29.240,92	811,10
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		29.240,92	811,10

Mesa Administrativa



Contabilista Certificado

Amélia Frey (CCU=83671)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900405 - ERPI S.Domingos

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	194.376,48	195.314,83
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.11	154.439,24	136.768,85
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.13	15.388,72	16.536,17
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	48.656,23	41.694,17
Fornecimentos e serviços externos	12.12	40.626,32	42.607,61
Gastos com o pessoal	10	288.437,23	278.091,95
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.14	0,00	-300,00
Outros rendimentos	12.15	6.218,68	9.224,82
Outros gastos	12.16	1.543,43	1.197,38
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-8.840,09	-5.446,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	16.214,57	15.803,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-25.054,66	-21.250,27
Juros e rendimentos similares obtidos	12.17	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.17	1.098,90	951,86
Resultados antes de impostos		-26.153,56	-22.202,13
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-26.153,56	-22.202,13

Mesa Administrativa



Contabilista Certificado

Ana Filipa (CCU nº 83671)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900406 - PEA_Cantinas Sociais

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.11	11.550,00	11.355,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.13	45,80	51,33
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	8.802,21	10.018,30
Fornecimentos e serviços externos	12.12	1.494,91	1.393,03
Gastos com o pessoal	10	627,69	711,93
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.14	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.15	1.085,00	87,25
Outros gastos	12.16	0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.755,99	-629,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.755,99	-629,68
Juros e rendimentos similares obtidos	12.17	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.17	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		1.755,99	-629,68
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.755,99	-629,68

Mesa Administrativa



Contabilista Certificado

Ana Filipa (ccu=83671)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900407 - Centro de Fisioterapia e Reabilitação

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	15.243,80	14.543,76
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.11	22,40	16,90
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.13	669,66	1.183,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	578,28	567,85
Fornecimentos e serviços externos	12.12	11.274,22	11.455,77
Gastos com o pessoal	10	13.055,31	22.426,64
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.3	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.14	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.15	9.453,74	15.038,58
Outros gastos	12.16	529,76	511,51
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-47,97	-4.179,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	11.469,82	14.384,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-11.517,79	-18.564,15
Juros e rendimentos similares obtidos	12.17	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.17	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-11.517,79	-18.564,15
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-11.517,79	-18.564,15

Mesa Administrativa



Contabilista Certificado

Angela Frey (ccn=83671)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		663 139,23	646 785,69
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		399 760,31	352 972,42
Pagamentos ao pessoal	10	763 292,11	754 865,60
Caixa gerada pelas operações	10	-499 913,19	-461 052,33
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-31 692,20	-32 170,00
Outros recebimentos/pagamentos		589 729,14	582 941,79
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		58 123,75	89 719,46
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	16 191,27	29 349,80
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	36,90	36,90
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		19 769,69	2 525,32
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		2 441,57	309,43
Outros ativos		8 099,84	11 218,28
Subsídios ao investimento	12.7	17 500,00	2 575,99
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		31 582,93	-12 757,68
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		7 500,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares	6	25 260,51	19 666,24
Dividendos	6	1 922,44	1 774,94
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-19 682,95	-21 441,18
Efeito das diferenças de câmbio		70 023,73	55 520,60
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		115 158,13	59 637,53
		185 181,86	115 158,13

Mesa Administrativa



Contabilista Certificado

Angela (ccn=83671)

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ. (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
					1.º AO 3.º ANO (5)	4.º ANO (6)	5.º ANO (7)	6.º ANO (8)	7.º ao 50.º ANO (8)		A débito (10)	Para a 788.3 outros débitos (11)	A crédito (12)	
593	SUBSÍDIOS													
59312	Viatura 100% Eléctrica_SAD_PRR-RE-CO3-I01-00040	2021	25 000,00							25 000,00				
	TOTAL SUBSÍDIO		25 000,00							0,00	0,00	0,00	0,00	25 000,00
4	INVESTIMENTO													
4334	Eq. Transporte - Viatura 100% Eléctrica_SAD_PRR-RE-CO3-I01-00040	2023	0,00	25,00%						0,00				
	...													
	TOTAL DO INVESTIMENTO		0,00							0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
593	SUBSÍDIOS													
59316	Div.Eq._PRODER13_Comp.Comunitária (80%)	2013*	52 648,62		3 373,87	3 373,87	3 373,87	3 373,87	3 373,87	25 780,20				25 169,30
593161	Div.Eq._PRODER13_Comp.Nacional (20%)	2013*	13 162,16		751,79	843,46	843,46	843,46	843,46	6 445,04				6 292,32
593162		2015			843,47			152,72						
	TOTAL SUBSÍDIO		65 810,78		4 217,33	4 217,33	4 217,33	4 217,33	4 217,33	32 225,24	763,62	0,00	0,00	31 461,62
4	INVESTIMENTO													
4333	Eq.Bás. - RUB.75_PRODER-ERPTI S. José + S. Domingos	2015	32 562,15	2,00%	651,24	651,24	651,24	651,24	651,24	28 003,47				27 352,23
	Eq.Básico - RUB.75_PRODER - ERPTI S. José	2013	4 477,20	12,50%	559,65	559,65	559,65	559,65	559,65	0,00				0,00
	Eq.Básico - RUB.65_PRODER - ERPTI S. José	2013	20 350,42	2,00%	407,01	407,01	407,01	407,01	407,01	16 687,33				16 280,32
	Eq.Básico - RUB.124_PRODER - ERPTI S. José	2013	36 250,92	12,50%	4 531,38	4 531,38	4 531,38	4 531,26	4 531,26	0,00				0,00
	...													
	TOTAL SUBSÍDIO		93 640,69		6 149,28	6 149,28	6 149,28	6 149,16	6 149,16	44 690,80	429,16	429,16	0,00	43 632,55
593	SUBSÍDIOS													
59311	Eq. Combate COVID-19-PEES_Adaptar Social + (80%)	2020	2 575,99		429,16	429,16	430,19			1 717,67				1 288,51
	...													
	TOTAL SUBSÍDIO		2 575,99		429,16	429,16	430,19	0,00	0,00	1 717,67	429,16	429,16	0,00	1 288,51
4	INVESTIMENTO													
4333	Eq.Básico - Equip. Combate ao COVID 19	2020	3 219,99	16,66%	536,45	536,45	537,74			2 147,09				1 610,64
	...													
	TOTAL DO INVESTIMENTO		3 219,99		536,45	536,45	537,74	0,00	0,00	2 147,09	0,00	0,00	0,00	1 610,64
593	SUBSÍDIOS													
5931														
	TOTAL SUBSÍDIO		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	INVESTIMENTO													
43														
	TOTAL DO INVESTIMENTO		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Assinado (cc n=83671)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2021

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais										Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	650 077,38			360 609,60	650 509,50	165 464,72	50 904,44	1 877 565,64			1 877 565,64	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis:					19 420,00	(19 420,00)							
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis:													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2				50 904,44	6 721,53	6 721,53	(50 904,44)	6 721,53			6 721,53	
RESULTADO EXTENSIVO	3				70 324,44	(19 420,00)	6 721,53	(50 904,44)	6 721,53			6 721,53	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3												
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
POSICÃO NO FIM DO ANO 2021	5	650 077,38			430 934,04	631 089,50	172 186,25	21 867,87	1 906 155,04			1 906 155,04	
6=1+2+3+5	12.7												

Castanheira de Pera, 15 de fevereiro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Ana Paula (cc u=83677)

A MESA ADMINISTRATIVA



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais						Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		650 077,38	-	-	430 934,04	631 089,50	172 186,25	21 867,87	1 906 155,04	1 906 155,04
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	6									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	12.7									
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de demonstração de ativos fixos tangíveis e intangíveis					19 420,00	(19 420,00)				
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais										
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7	-	-	-	39 451,87	(40 615,74)	(40 615,74)	(21 867,87)	(23 031,74)	(23 031,74)
RESULTADO INTEGRAL	8	-	-	-	38 871,87	(19 420,00)	(40 615,74)	(21 867,87)	(23 031,74)	(23 031,74)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8							54 990,94	54 990,94	54 990,94
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Distribuições								33 123,07	31 959,20	31 959,20
Outras operações										
POSICÃO NO FIM DO ANO 2022	10	650 077,38	-	-	489 805,91	611 669,50	131 570,51	54 990,94	1 938 114,24	1 938 114,24
	6+7+8+10									

Castanheira de Pera, 15 de fevereiro de 2023

O CONTABILISTA CERTIFICADO

António (cc u: 83671)

A MESA ADMINISTRATIVA



X
do
L
D

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Anexo

15 de fevereiro de 2022

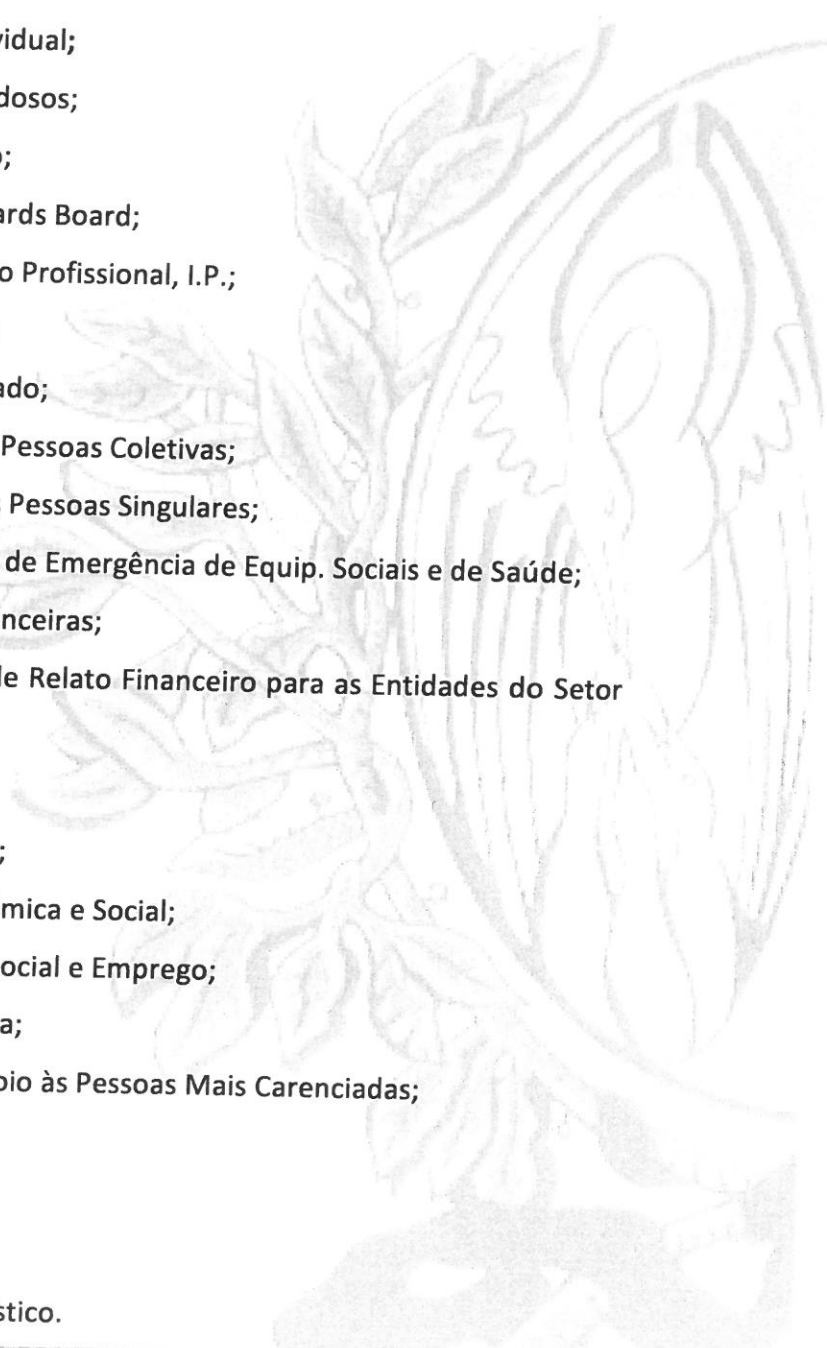


Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera

Listagem de Abreviaturas e Siglas

- ADSE** - Assistência na Doença aos Servidores do Estado;
- AFT** - Ativos Fixos Tangíveis;
- BADF** - Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras;
- C.L.A.S.** - Conselho Local Ação Social (Rede Social);
- C.P.C.J** - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Cast^a de Pera;
- C.M.S.** - Conselho Municipal de Segurança;
- CMVMC** - Custo das Mercadorias Vendida e Matérias Consumidos;
- EOEP** - Estado e Outras Entidades Públicas;
- EPI's** - Equipamento de Proteção Individual;
- ERPI'S** - Estruturas Residenciais para Idosos;
- FCT** - Fundo Compensação do Trabalho;
- IASB** - International Accounting Standards Board;
- IEFP** - Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.;
- ISS** - Instituto da Segurança Social, I.P.;
- IVA** - Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- IRC** - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas;
- IRS** - Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares;
- MAREES** - Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equip. Sociais e de Saúde;
- MDF** - Modelos de Demonstrações Financeiras;
- NCRF - ESNL** - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo;
- NI** - Normas Interpretativas;
- OSFL** - Organizações sem fins lucrativos;
- PEES** - Programa de Estabilização Económica e Social;
- POISE** - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego;
- PRR** - Plano de Recuperação e Resiliência;
- POAPMC** - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas;
- R.S.I.** - Rendimento Social de Inserção;
- SAD** - Serviço de Apoio Domiciliário;
- SMN** - Salário Mínimo Nacional;
- SNC** - Sistema de Normalização Contabilístico.

[Handwritten signatures and initials]



Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
3.3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	10
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	11
5	Ativos Intangíveis	12
6	Custos de Empréstimos Obtidos	12
7	Inventários	13
8	Rédito	13
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	14
10	Benefícios dos empregados	15
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
12	Outras Informações.....	16
12.1	Investimentos Financeiros	16
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16
12.3	Créditos a Receber	16
12.4	Outros Ativos Correntes.....	17
12.5	Diferimentos	17
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	18
12.7	Fundos Patrimoniais.....	18
12.8	Fornecedores	18
12.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	19
12.10	Outras Passivos Correntes	19
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	19
12.12	Fornecimentos e Serviços Externos	20
12.13	Trabalhos para a própria entidade.....	20
12.14	Aumentos/Reduções de justo valor.....	20
12.15	Outros rendimentos	21
12.16	Outros gastos	21
12.17	Resultados Financeiros.....	22

12.16 Outros gastos	21
12.17 Resultados Financeiros.....	22
12.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	22
12.19 Outras Considerações	22

[Handwritten signatures and initials]

O presente Anexo, relativo ao período de 2022, procede à compilação das divulgações que a Instituição considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF-ESNL.

1 Identificação da Entidade

Designação da Entidade: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Sede Social: Praça Visconde de Nova Granada, Castanheira de Pera.

NIPC: 501 163 140

Atividade Principal: Apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

Endereço Eletrónico: geral@scmcp.pt

Natureza/Constituição: Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República nº 260 de 11-11-1989, Série III. Efetuado registo de alteração de Estatutos, lavrado pelo averbamento nº 2 à inscrição nº 10/89, a fls. 79 e 126 verso do livro nº 2 das Irmandades da Misericórdia, considerando-se efetuado a 01/02/2016.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho (alterado e clarificado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho). O Anexo I refere que o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo assimila a transposição da Diretiva nº 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. Os instrumentos que o compõe são os seguintes:

- Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho que revogou a portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria 218/2015 de 23 de julho, que revogou a portaria n.º 106/2011 de 14 de março;

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que substituiu o nº 6726-B/2011, de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI).

O Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) é um modelo assente mais em princípios do que em regras explícitas e que se pretende em sintonia com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), normas essas adotadas pela União Europeia.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 do já revogado aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Pressuposto da Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente, em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Para alguns bens, nomeadamente o edifício sede - lar S. José, é utilizado o método do justo valor, através de relatórios de peritos avaliadores independentes, elaborados durante o ano 2012, para o efeito.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	8 a 50

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados, nas rubricas "Outros Rendimentos" ou "Outros Gastos".

Propriedades de Investimento

As designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas, a partir de 1 de janeiro de 2016, como ativos fixos tangíveis (parágrafo 7.5 do Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho).

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

O critério utilizado é o custo de aquisição ou o valor doado (justo valor).

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que, previsionalmente venham a gerar benefícios económicos futuros, acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são registados pelo método do custo.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que

o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Procedeu-se, durante o ano 2022, à regularização de inventários doados, estes foram valorizados ao preço de mercado (justo valor).

3.2.5 Subsídios

Subsídios monetários: quantia nominal;

Subsídios não monetários: justo valor do ativo não monetário (ou pela quantia nominal, quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade).

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis, estão incluídos no item de “Outras Variações Patrimoniais”. São transferidos para resultados numa base sistemática e à medida que decorrer o respetivo período de depreciação.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os “Créditos a Receber” e as “Outros Ativos Correntes” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, retratando, desta forma, o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e Gastos Similares Suportados”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- ...
- As Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- ...

3.3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Os edifícios e terrenos, objeto de avaliação de peritos avaliadores independentes, passaram a ser valorizados, desde a adoção do SNC, ao justo valor.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8 915,49					8 915,49
Ed. e outras construções	2 264 278,93	19 272,31				2 283 551,24
Equipamento básico	565 314,19	6 026,27	3 206,17			568 134,29
Equipamento de transporte	178 407,58					178 407,58
Equipamento administrativo	105 149,36	736,62	141,66			105 744,32
Outros Ativos fixos tangíveis	32 029,43	1 739,78	402,20			33 367,01
Total	3 154 094,98	27 774,98	3 750,03	0,00	0,00	3 178 119,93
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Ed. e outras construções	440 376,95	39 718,20				480 095,15
Equipamento básico	514 984,64	9 117,39	3 206,17			520 895,86
Equipamento de transporte	147 556,38	12 110,40				159 666,78
Equipamento administrativo	99 779,97	2 175,46	35,42			101 920,01
Outros Ativos fixos tangíveis	10 668,76	2 250,20	301,62			12 617,34
Total	1 213 366,70	65 371,65	3 543,21	0,00	0,00	1 275 195,14

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8 915,49					8 915,49
Ed. e outras construções	2 283 551,24					2 283 551,24
Equipamento básico	568 134,29	14 640,41	34 182,99			548 591,31
Equipamento de transporte	178 407,58					178 407,58
Equipamento administrativo	105 744,32	800,32	8 819,18			97 725,46
Outros Ativos fixos tangíveis	33 367,01					33 367,01
Total	3 178 119,93	15 440,33	43 002,17	0,00	0,00	3 150 558,09
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Ed. e outras construções	480 095,15	39 718,20				519 813,35
Equipamento básico	520 895,86	8 706,52	34 182,99			495 419,39
Equipamento de transporte	159 666,78	9 370,40				169 037,18
Equipamento administrativo	101 920,01	1 593,50	8 819,18			94 694,33
Outros Ativos fixos tangíveis	12 617,34	2 038,50				14 655,84
Total	1 275 195,14	61 427,12	43 002,17	0,00	0,00	1 293 620,09

O investimento efetuado durante o ano 2022 traduz a substituição de algum equipamento básico de cozinha, de lavanderia e de enfermagem.

Destaca-se os abates efetuados, fruto de um levantamento exaustivo de bens obsoletos e/ou sem uso.

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Depreciações acumuladas						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Depreciações acumuladas						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	17 800,00	40 354,79	58 154,79	17 900,00	58 015,30	75 915,30
Total	17 800,00	40 354,79	58 154,79	17 900,00	58 015,30	75 915,30

A rubrica de empréstimos bancários inclui dois financiamentos, um crédito concedido em 2006 pelo prazo de 20 anos, com o propósito de financiar a obra "Lar S. Domingos", e um contrato de empréstimo efetuado, em 2019, sob a forma de crédito à atividade (conta corrente caucionada), este último foi

concedido pelo prazo de seis meses sendo automaticamente renovável por iguais e sucessivos períodos, salvo denúncia em contrário.

Um dos elementos essenciais na contratação de um empréstimo são as garantias oferecidas à entidade financeira. Em ambos os casos, as garantias prestadas aquando da realização dos referidos empréstimos e em consonância com informação do Banco de Portugal, são garantias reais, ou seja, o pagamento das dívidas é garantido através de bens imóveis (embora conserve a posse do bem, a Instituição só readquire a propriedade plena do bem após a quitação integral da dívida).

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2022		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mat. Primas Subs. Cons.	12 637,09	193 170,28	-6 087,87	11 400,86	217 832,27	-4 487,22	12 064,25
Total	12 637,09	193 170,28	-6 087,87	11 400,86	217 832,27	-4 487,22	12 064,25
CMVMC				188 318,64			212 681,66

À semelhança de anos anteriores é realizada uma renegociação de preços com os fornecedores, procurando sempre conjugar o preço e a qualidade.

Em ambos os anos procedeu-se ao pedido de restituição de 50% do IVA suportado com a aquisição de bens alimentares e bebidas.

8 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	644 644,29	625 305,36
Terceira Idade- Apoio às Pessoas Idosas	629 400,49	610 761,60
Saúde e Reabilitação	15 243,80	14 543,76
Quotas e joias	6 043,50	1 766,50
Juros	111,20	111,20
Dividendos	186,56	198,23
Total	650 985,55	627 381,29

Verifica-se uma variação positiva nos valores de "Quotas de Utilizadores" em todas as respostas sociais exceto no Centro de Dia, este fato deve-se essencialmente a:

- Atualizações de mensalidades no início do ano nas respostas sociais de SAD (Serviço de Apoio Domiciliário) e nas ERPI's (Estruturas Residenciais para Idosos);

- Aumento da frequência média de utentes na ERPI S. José;
- Uma rotatividade de clientes nas diversas respostas sociais.

De referir ainda que, no SAD os valores mantêm-se quase inalterados contrariando assim o usual aumento, verifica-se que, a frequência média de utentes diminui mas é acompanhada pelas atualizações anuais das mensalidades.

No Centro de Dia assistiu-se a uma diminuição acentuada de clientes.

Os dividendos recebidos dizem respeito à detenção de uma carteira de títulos depositada no banco Montepio.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
Comparticipações Financeiras - ISS, IP	544 487,15	473 025,12
Sub. Eventuais ISS - Sub. Funeral	1 235,00	1 308,00
Sub. Eventuais ISS – Outros_ “Adaptar Social +”	2 394,00	0,00
Outras Entidades_EOEP	77 225,96	84 365,78
IEFP	44 044,72	54 721,03
POAPMC	3 253,24	1 476,00
Apoio Excecional COVID-19 /Aumento RMMG	4 928,00	3 168,75
Município de Castanheira de Pera	25 000,00	25 000,00
Total	625 342,11	558 698,90

Relativamente à variação das participações financeiras da Segurança Social e com vista à mitigação dos efeitos colaterais do atual conflito entre a Rússia e a Ucrânia, fomos abrangidos por várias medidas implementadas pelo Estado, medidas adicionais e extraordinárias que traduzem um aumento significativo dos valores nas ERPI's e no SAD.

Assistimos ainda, na resposta social Centro de Dia, consequência da diminuição acentuada da frequência de utentes, a uma variação negativa nas participações financeiras do ISS.

No que diz respeito a “Outros Subsídios de Outras Entidades Públicas” e ainda no âmbito das medidas excecionais com vista à promoção do crescimento e da coesão social, fomos novamente abrangidos pela medida excecional de compensação ao aumento do valor da retribuição mínima mensal garantida.

10 Benefícios dos empregados

Tanto no exercício 2021 como em 2022, foram 16 os membros dos órgãos sociais.

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número de pessoas ao serviço da Entidade a 31/12/2021 foi de 71 e a 31/12/2022 foi de 65.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	668 704,92	649 640,08
Encargos sobre as Remunerações	135 577,66	129 686,33
Seguros de Acidentes no Trab. e Doenças Profis.	10 990,59	11 427,00
Outros Gastos com o Pessoal	1 649,70	3 723,83
O. Pessoal	45 776,91	67 479,58
Total	862 699,78	861 956,82

Verifica-se que, apesar da atualização do salário mínimo nacional no início ano, que abrange grande parte dos funcionários, o acréscimo de valores nos gastos com pessoal é insignificante, quase inexistente, isto deve-se essencialmente às inúmeras baixas, às contratualizações de pessoal através de programas financiados pelo IEFP, ao facto das atualizações salariais se reportarem ao salário mínimo nacional e à saída de pessoal inserido nos quadros superiores.

De referir ainda que, na previsão de férias e subsídio de férias de 2022 a pagar em 2023, teve-se em conta as alterações salariais já ocorridas em 2023 (atualização SMN).

A rubrica "Outro Pessoal" inclui contratos de emprego inserção, estágios profissionais e contratos ao abrigo da medida de apoio extraordinária que apoia os equipamentos sociais (MAREES). A 31 de dezembro de 2022 beneficiávamos, através do IEFP, de 6 contratos de emprego inserção.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas para 2022 e 2021 foram de 2.952,00 € e 3.929,85 €, respetivamente.

Os Corpos Gerentes da Instituição são: Assembleia Geral, Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal, constituídos por irmãos no pleno uso dos seus direitos. O atual mandato, de acordo com o novo Compromisso, terá a duração de quatro anos (2021-2024).

Os referidos membros não são remunerados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Outros investimentos financeiros	23 478,00	51 593,14
Total	23 478,00	51 593 14

Os valores apresentados correspondem à soma dos saldos das contas de “Investimentos Financeiros” e de “Ativos Não Correntes Detidos para Venda”. A variação registada deve-se à alienação de ativos não correntes detidos para venda, a valorizações dos investimentos financeiros (títulos) e ao contributo mensal para o FCT (fundo compensação do trabalho).

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Quotas	19 721,50	0,00
Total	19 721,50	0,00

No final do ano 2022, de acordo com o que tem vindo a ser recomendado pelo ISS e após deliberação da Mesa Administrativa, os valores em dívida de anos anteriores dos sócios/irmãos ativos foram transferidos do programa de sócios para a contabilidade.

12.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes c/c		
Utentes	28 419,58	29 557,67
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	15 467,97	12 524,62
Total	43 887,55	42 082,29

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2022	2021
Cientes		
Utentes	-15 467,97	-12 524,62
Total	-15 467,97	-12 524,62

12.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros Ativos Correntes” tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Outros Devedores e O. Financiadores	55 177,94	106 640,73
Total	55 177,94	106 640,73

Esta rubrica diz respeito a valores a receber de “Outros Financiadores - Estado e Outras Entidades Oficiais (ISS, IEFP, POISE, PRR e POAPMC)” e de “Outros Devedores”, como é o caso do subsistema de saúde ADSE, com o qual temos acordo no âmbito da atividade da Clínica de Fisioterapia e Reabilitação. Para a diminuição de valores contribuiu essencialmente o término do projeto “Elos com Futuro”, inserido no Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego.

12.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros Diversos	6 030,27	6 873,30
O. Gastos de Funcionamento	1 095,27	1 625,30
Total	7 125,54	8 498,60
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	21 698,22	34 985,00
POAPMC	0,00	738,00
POISE Prog. Parc. 3.33 – Elos c/Futuro	0,00	34.605,56
Total	21 698,22	70 328,56

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	725,12	544,66
Depósitos à ordem	184 456,74	114 613,47
Total	185 181,86	115 158,13

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	650 077,38	0,00	0,00	650 077,38
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	430 934,04	58 871,87	0,00	489 805,91
Excedentes de revalorização	631 089,50	0,00	-19 420,00	611 669,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	172 186,25	0,00	-40 615,74	131 570,51
Total	1 884 287,17	58 871,87	-60 035,74	1 883 123,30

As diminuições registadas dizem respeito ao tratamento dado aos subsídios de investimento, doações e excedentes de revalorização (nota 3.2.5).

A variação positiva ocorrida nos "Resultados Transitados" é consequência da transferência do resultado líquido positivo de 2021, do tratamento a dar aos excedentes de revalorização (transferência para resultados transitados à medida que o ativo for sendo usado pela entidade) e da transferência para a contabilidade da dívida de anos anteriores de sócios/irmãos ativos.

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	7 243,62	20 402,12
Total	7 243,62	20 402,12

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto s/o Valor Acrescentado (IVA)_ Restituição	1 477,67	1 383,17
Total	1 477,67	1 383,17
Passivo		
Imposto s/ o Rendim. das Pessoas Singulares (IRS)	3 953,02	3 267,00
Segurança Social	28 877,22	26 170,99
Fundo de Compensação do Trabalho	161,42	144,28
Total	32 991,66	29 582,27
Fundo de Compensação do Trabalho	144,28	171,20
Total	29 582,27	31 639,55

A rubrica de ativo corrente – “E.O.E.P. – IVA – Restituição” inclui:

- 50 % do IVA suportado nas aquisições de bens de alimentação e bebidas (em ambos os anos);
- 50 % do IVA suportado com a realização de obras e com a conservação e reparação de alguns equipamentos.
- IVA suportado, em ambos os anos, com a aquisição de AFT (ativos fixos tangíveis), até ao limite de 1.150,00 € (50% do limite legal).

12.10 Outras Passivos Correntes

A rubrica “Outras Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Pessoal	646,78	70,38
Remunerações a pagar	560,31	0,00
Sindicatos	86,47	70,38
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Credores por acréscimo de gastos	129 284,27	123 639,03
Outros credores	1 459,83	1 064,39
Total	131 390,88	124 773,80

A rubrica “credores por acréscimo de gastos” regista a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, cuja receita ou despesa só venha a ocorrer em períodos posteriores (remunerações a liquidar: férias e subsídio de férias, juros, gastos de eletricidade e comunicação, etc.).

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	625 342,11	558 698,90
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	6 454,05	42 139,31
Total	631 796,16	600 838,21

Os "Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9. Em ambos os anos a rubrica "doações" inclui donativos da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, 2 500,00 € em 2022 e 5 000,00 € em 2021.

12.12 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados	70 872,29	81 878,32
Materiais	10 333,81	7 724,09
Energia e fluidos	80 471,27	72 694,19
Deslocações, estadas e transportes	1 082,18	799,09
Serviços diversos	13 102,71	14 767,65
Encargos com os utentes	4 613,80	5 170,23
Total	180 476,06	183 033,57

O valor de "serviços especializados" reflete, por um lado e com mais significado, a realização de contrato de trabalho com um enfermeiro que prestava serviços, e por outro, espelha uma diminuição na rubrica "conservação e reparação".

Relativamente à rubrica "energia e fluidos" destaca-se, consequência da subida de preços, um aumento de valores nas sub rubricas "combustíveis" e "gás propano".

Os "encargos com os utentes" incluem despesas de funerais de alguns utentes que, na sua maioria, são reembolsadas através de subsídio de funeral e algumas despesas de saúde suportadas pela Instituição.

12.13 Trabalhos para a própria entidade

Descrição	2022	2021
Subsídio de Alimentação em espécie - pessoal	44 934,48	48 921,84

Nesta conta foi reconhecido o valor do subsídio de alimentação em espécie pago aos funcionários.

12.14 Aumentos/Reduções de justo valor

Descrição	2022	2021
Perdas por redução de justo valor	1 722,17	604,10
Total	1 722,17	604,10
Ganhos por aumento de justo valor	1 538,32	3 891,85
Total	1 538,32	3 891,85

Os valores referidos espelham a valorização dos títulos/ações depositadas no banco Montepio, do Fundo de Compensação e a valorização de um seguro de investimento.

12.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	2 334,16	347,30
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	23,50
Rendimentos em investimentos não financeiros	38 229,17	11 423,49
Outros rendimentos	28 690,97	45 013,03
Total	69 254,30	56 807,32

Num contexto de um progressivo regresso à normalidade e em função do elevado nível de vacinação da população portuguesa, da proteção conferida pela vacina e da menor agressividade das estirpes de SARS-CoV-2, tornou-se novamente possível a realização de feiras, festas e do evento "natal na aldeia", realizando-se assim as habituais campanhas de angariação de fundos e captação de recursos para obtenção de "rendimentos suplementares".

Os "rendimentos em investimentos não financeiros" incluem rendas de alguns imóveis não afetos à atividade da Misericórdia e, em 2022, a alienação e respetivo reconhecimento do rendimento das doações, de um prédio rústico e dois urbanos.

Relativamente à rubrica "outros rendimentos" ocorre uma diminuição originada por algumas "correções relativas a períodos anteriores", neste caso, a correção da estimativa, em excesso, das férias e subsídio de férias diminui bastante.

De referir ainda que, por imposição do ISS, os "outros rendimentos" incluem correções positivas no âmbito das participações financeiras do ISS.

12.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	796,38	562,20
Incobráveis	11,00	274,57
Gastos nos restantes investimentos financeiros	36,90	36,90
Gastos em investimentos não financeiros	12 922,65	206,82
Outros Gastos	5 892,95	9 450,65
Total	19 659,88	10 531,14

Os valores registados nas rubricas de "Gastos em Investimentos Não Financeiros", em 2022, são consequência da contabilização do abate por venda de alguns bens do ativo fixo tangível e da comissão cobrada por uma agência imobiliária.

Nos "Outros Gastos", salienta-se as "Correções a Períodos Anteriores", verifica-se uma diminuição das deduções a participações financeiras nas respostas sociais com acordo de cooperação.

12.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	231,29	186,37
Outros gastos e perdas de financiamento	1 687,39	1 629,46
Total	1 918,68	1 815,83
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	111,20	111,20
Dividendos obtidos	186,56	198,23
Total	297,76	309,43
Resultados Financeiros	-1 620,92	-1 506,40

Os juros e gastos similares suportados têm origem no empréstimo bancário e nas locações financeiras mencionados na nota n.º 6.

12.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Mesa Administrativa a 15 de fevereiro de 2023.

12.19 Outras Considerações

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se a transferência do Resultado Líquido do período no montante de 54 990,94 € para a conta de Resultados Transitados.

Castanheira de Pera, 15 de fevereiro de 2023

A Contabilista Certificada
Inscrita na OCC sob o número 83671



A Mesa Administrativa



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
Praça Visconde Nova Granada - Apartado 23
Castanheira de Pera
NIPC:501163140 - Publicação em Diário da República



Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera

PARECER DO CONSELHO FISCAL

---Aos nove dias do mês de março de dois mil e vinte e três, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, para apreciar e dar o seu parecer sobre as contas do exercício de dois mil e vinte e dois, elaboradas segundo o SNC-ESNL.-----

---Porque este Conselho foi acompanhando, ao longo do ano, a vida da Instituição através de contatos pessoais com alguns elementos da Direção e Pessoal Técnico e depois de examinados todos os balancetes mensais de contabilidade e porque o processo final se apresenta dentro do que é exigido por Lei.-----

---Propomos à digníssima Assembleia que aprove o Balanço e as contas referentes ao exercício de dois mil e vinte e dois, bem como a transferência dos Resultados para a conta Resultados Transitados.-----

---Finalmente o Conselho Fiscal deseja manifestar o seu agradecimento à Direção e a todos os colaboradores desta Instituição pelo apoio que de todos recebeu durante o exercício de 2022.-----

O Conselho Fiscal

Carla Inês Tavares Correia (Presidente)

Fernando Manuel Bebiano Henriques (Vogal)

Manuel Augusto Cruz (Vogal)



Handwritten signature or mark.

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera** que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de balanço de 2.189.593 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.938.114 euros, incluindo um resultado líquido de 54.991 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por resposta social a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera** em 31 de dezembro de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Rua Carlos Seixas, 134- r/Ch esq. 3030-177 Coimbra

-Tm.919 404 940 - Email: sssb225-1249@sapo.pt

Capital Social 5.000,00 euros - Número de Contribuinte e de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra 515 127 6663

Inscrição na OROC número 332 e na CMVM sob nº 20190010

fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela Gestão efetuadas de acordo com a Norma Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pela Gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada nos termos da Norma Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

Rua Carlos Seixas, 134- 1/Ch esq. 3030-177 Coimbra

-Tm.919 404 940 - Email: sssb225-1249@sapo.pt

Capital Social 5.000,00 euros - Número de Contribuinte e de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra 515 127 6663

Inscrição na OROC número 332 e na CMVM sob nº 20190010

Ênfase

Conforme referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, no capítulo das “Perspetivas futuras”, o recente conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia ameaça afetar as economias ocidentais, nomeadamente, com a crescente instabilidade dos mercados financeiros e o acentuar da pressão na subida dos preços da energia e das mercadorias em geral (que já se tinha começado a sentir com a pandemia COVID-19). Assim, a Entidade deverá aferir os potenciais impactos desta situação na sua atividade operacional e nas demonstrações financeiras futuras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em

Rua Carlos Seixas, 134- r/Ch esq. 3030-177 Coimbra

-Tm.919 404 940 - Email: sssb225-1249@sapo.pt

Capital Social 5.000,00 euros - Número de Contribuinte e de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra 515 127 6663

Inscrição na OROC número 332 e na CMVM sob nº 20190010

- Comunicamos com a Gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 8 de março de 2023


José Oliveira & Sandra Simões, SROC Lda- SROC nº 332

Representada pela Dr^a Sandra Maria de Almeida Simões ROC nº 1249

Rua Carlos Seixas, 134- r/Ch esq. 3030-177 Coimbra

-Tm.919 404 940 - Email: sssb225-1249@sapo.pt

Capital Social 5.000,00 euros - Número de Contribuinte e de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra 515 127 6663
Inscrição na OROC número 332 e na CMVM sob nº 20190010